

FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO: RELATO DE CASO NA APAE PONTA GROSSA/PR

RODRIGO DE CASSIO DA SILVA ¹

RESUMO

Formação docente para educação especial e promoção da inclusão: relato de caso na APAE Ponta Grossa/PR Rodrigo de Cássio da Silva / rodrigossilva2005@yahoo.com.br / Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR) - Centro Universitário Internacional UNINTER (Curitiba/PR) Maria das Graças da Silva / magrass@gmail.com / Universidade do Estado do Pará (UEPA/PA) Eixo Temático: Formação inicial e continuada de professores - com ênfase na análise de experiência, programas e políticas. Resumo A Declaração de Salamanca (1994, p. 4) ao tratar de acesso e qualidade, considera que pessoas com necessidades educacionais especiais são "todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagens. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais especiais em algum momento de sua escolarização". A presença de alunos com NEE nas salas de aula das escolas de ensino básico há muito tempo é realidade na educação brasileira. Suas presenças demandam processos educacionais inclusivos, o que requer adaptações curriculares e metodológicas. Em complemento, em uma escola inclusiva, o corpo docente precisa de ações de capacitação para que possa conhecer profundamente as limitações e potenciais dos seus alunos com NEE. Surge, então, uma pergunta tradicionalmente presente nesta área de conhecimento: os professores que atuam na educação básica, foram capacitados para lidar com este aluno? Nesse sentido, uma formação docente que contemple este cenário se faz indispensável e imperativa. Para além dos artigos 6º, 205º e 206º da Constituição Federal que garante acesso, permanência e igualdade de condições no ensino brasileiro, e o artigo 208º inciso III que preconiza "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996) dedica um capítulo inteiro (capítulo V) à Educação Especial onde se define esta modalidade educacional como sendo aquela "para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação", garantindo "serviços de apoio especializado" cujo objetivo é atender às particularidades desse alunado. Em complemento, a referida Lei assegura - dentre outros direitos - em seu artigo 59º, que estes estudantes tenham "currículos, métodos,

técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades" e "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns" (BRASIL, 1996). Diante desse contexto e demandas, constitui-se um desafio e paradigma a adequação dos cursos de formação docente para atender as necessidades supracitadas. No caso desta pesquisa, a sua origem está a partir da indagação dos próprios estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em relação à sua formação levando em consideração esta modalidade educacional. Neste curso, há uma disciplina articuladora (Laboratório de Ensino) cujo objetivo é articular projetos de extensão - de maneira horizontal e vertical no curso. Um desses projetos se trata da apresentação de temas relacionados à área formação (ciências biológicas) em espaços não-formais ou não regulares de ensino. Nesse projeto, que ocorre anualmente, os licenciandos são organizados em equipes e ficam responsáveis pelo agendamento, divulgação, documentação, transporte e materiais relacionados ao evento. Na ocasião, optou-se pela realização da atividade na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Ponta Grossa/PR, devido ao próprio questionamento dos discentes sobre este público possível em sua prática profissional, e ainda, devido à escassez de informações acerca do público alvo (alunos da APAE). Diante dessa realidade, a equipe, como estratégia metodológica de aproximação com o lócus da pesquisa, organizou uma palestra com a Equipe Pedagógica da Entidade visando obter tais informações. Levando em consideração tais perspectivas, foi definido como tema OS CINCO SENTIDOS, algo que se julgou próximo do público alvo e capaz de realizar-se a atividade de maneira lúdica-teórico-prática. Como principais resultados, destaca-se que os discentes do curso encontraram grande dificuldade em lidar com os alunos em função das diferentes/múltiplas deficiências que apresentavam, assim como, ficou evidente a necessidade de ampliar a formação docente visando o preparo para lidar com esse público, fato relatado pelos próprios discentes. Embora tenham encontrado tais dificuldades, os mesmos relataram que a atividade foi extremamente valiosa para sua formação como docente, mas, sobretudo, como cidadão por, de fato, não conhecerem a realidade das escolas que lidam com alunos que apresentam NEE. Adicionalmente, verificou-se grande entusiasmo dos frequentadores (professores e alunos) em relação aos materiais apresentados, no entanto, não foi possível saber se houve retenção de conhecimento relacionado ao que foi apresentado. Portanto, a partir dessa atividade e do desafio que a promoção da inclusão coloca para os processos educacionais inclusivos, torna-se necessários que os cursos de licenciaturas revejam e façam as devidas adaptações curriculares, para que a formação docente seja ampliada e atendam os dispostos das leis em vigência no que se refere à educação inclusiva, para que o profissional da educação seja capacitado para trabalhar com alunos com NEE., Fica também o questionamento sobre a maneira que a reformulação dos currículos dos cursos de formação de professores deve ser

feita para contemplar esta lacuna. Palavras-chave: Formação Docente, Educação especial, APAE, Múltiplas Deficiências Referências ANJOS, Hildete P. (Org.). As histórias de todas e de cada uma: construindo um trajeto para a educação especial. Curitiba, PR:CVC, 2014. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em setembro, 2018. UNESCO. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. SILVA, M.G.; DINIZ, Francisco P. S. Bases epistemológicas da Cartografia do Gó: contribuição à prática da Pesquisa em realidades sociais na Amazônia. In OLIVEIRA, Ivanilde A.; ALVES, Fábio J. da C. (Orgs.). Educação, Diversidade e Inclusão Sociocultural em diferentes contextos. Curitiba: CRV, 2016.

Palavras-chave: .

¹,;